

<https://www.duxeducare.com.br/>



DuxEducare

REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E SAÚDE

<https://www.duxeducare.com.br/>

Vol.1 D.O.I 10.5281/zenodo.16794642



## DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA TRANSIÇÃO E ADAPTAÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE PEDAGÓGICA

*Antônia Daiane Tomé Bastos<sup>1</sup>*

### RESUMO

A transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental representa uma etapa marcante no percurso escolar dos estudantes, envolvendo mudanças acadêmicas, sociais e emocionais significativas. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as estratégias relacionadas a essa transição, destacando aspectos que impactam diretamente o processo de adaptação dos alunos. Para isso, realiza-se uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, que busca compreender as complexidades dessa transição e propor caminhos para uma adaptação mais eficiente. A pesquisa aborda questões como as diferenças metodológicas entre os anos iniciais e finais, a fragmentação das disciplinas, o aumento da exigência acadêmica, além das mudanças no contexto social dos alunos, como a formação de novos grupos e a ampliação das expectativas em relação à autonomia. A ausência de um suporte adequado durante essa fase pode gerar consequências negativas, como dificuldades de aprendizagem, queda no rendimento escolar e desmotivação. Os resultados da análise indicam que uma transição bem-sucedida requer a colaboração de todos os agentes envolvidos no processo educacional: professores, gestores escolares, famílias e os próprios alunos. Estratégias como a formação continuada de professores, a adoção de metodologias integradoras, o fortalecimento do vínculo escola-família e a oferta de apoio psicopedagógico se mostram fundamentais para minimizar os impactos dessa etapa de mudança. Concluiu-se, portanto, que a transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, quando planejada e acompanhada de maneira intencional, pode ser transformada em uma oportunidade de desenvolvimento integral para os estudantes, promovendo o fortalecimento de competências acadêmicas, emocionais e sociais. Este estudo contribui para a discussão sobre práticas educacionais mais inclusivas e acolhedoras, com foco no bem-estar e no sucesso dos alunos.

**Palavras-chave:** Transição Escolar. Anos Iniciais. Anos Finais. Adaptação. Ensino Fundamental.

## RESUMEN

La transición del año inicial al último de la escuela primaria representa una etapa notable en el recorrido escolar de los estudiantes, involucrando importantes cambios académicos, sociales y emocionales. Este estudio tiene como objetivo analizar los desafíos y estrategias relacionadas con esta transición, destacando aspectos que impactan directamente en el proceso de adaptación de los estudiantes. Para lograrlo, se realiza un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica, que busca comprender las complejidades de esta transición y proponer caminos para una adaptación más eficiente. La investigación aborda temas como las diferencias metodológicas entre los años inicial y final, la fragmentación de las asignaturas, el aumento de las exigencias académicas, además de cambios en el contexto social de los estudiantes, como la formación de nuevos grupos y la ampliación de expectativas respecto a autonomía. La ausencia de un apoyo adecuado durante esta fase puede generar consecuencias negativas, como dificultades de aprendizaje, caída del rendimiento académico y falta de motivación. Los resultados del análisis indican que una transición exitosa requiere de la colaboración de todos los agentes implicados en el proceso educativo: profesores, directivos escolares, familias y el propio alumnado. Estrategias como la formación continua docente, la adopción de metodologías integradoras, fortalecer el vínculo escuela-familia y ofrecer apoyo psicopedagógico son fundamentales para minimizar los impactos de esta etapa de cambio. Se concluye que la transición de los años inicial a los últimos años de la escuela primaria, cuando se planifica y monitorea intencionalmente, puede transformarse en una oportunidad de desarrollo integral para los estudiantes, promoviendo el fortalecimiento de habilidades académicas, emocionales y sociales. Este estudio contribuye a la discusión sobre prácticas educativas más inclusivas y acogedoras, centrándose en el bienestar y el éxito de los estudiantes.

**Palabras clave:** Transición Escolar. Primeros años. Años finales. Adaptación. Educación elemental.

---

<sup>1</sup>Mestrado em Ciências da Educação pela UNADES/PY

## 1. MARCO INTRODUTÓRIO

A transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental representa um momento de significativa transformação no percurso escolar dos estudantes. Essa etapa envolve mudanças estruturais, pedagógicas e sociais que impactam tanto o desempenho acadêmico quanto o desenvolvimento emocional e social dos alunos. As diferenças entre as práticas educativas dos anos iniciais e finais exigem adaptações por parte dos estudantes, das famílias e das próprias escolas, o que torna essencial uma reflexão sobre os desafios e as estratégias que podem ser adotadas para garantir uma transição harmoniosa e produtiva.

Esse estudo visa investigar os fatores que influenciam esse processo de transição, com foco nos aspectos pedagógicos e nas relações interpessoais que facilitam ou dificultam a adaptação dos alunos. A intenção é contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais que promovam uma experiência de aprendizado significativa e inclusiva, considerando as especificidades dessa fase de mudança.

## 2. MARCO TEÓRICO

O Ensino Fundamental representa uma fase essencial no processo educativo, caracterizando-se pela inicialização e formalização da educação básica. Durante esse período, o estudante adquire as competências e habilidades fundamentais que servirão de alicerce para etapas mais avançadas de aprendizado. Com duração de nove anos, essa etapa escolar é organizada em duas fases distintas: os Anos Iniciais, que abrangem do 1º ao 5º ano, e os Anos Finais, que vão do 6º ao 9º ano.

Nos Anos Iniciais, o foco está na alfabetização e no desenvolvimento das habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo, além da socialização e formação de valores essenciais para a convivência em sociedade. Essa etapa também promove a introdução de conteúdos multidisciplinares de forma lúdica e acessível, preparando os alunos para desafios mais complexos.

Já nos Anos Finais, o ensino torna-se mais aprofundado e diversificado, com a inclusão de disciplinas que exploram áreas do conhecimento de forma mais estruturada, como ciências, história, geografia e matemática avançada. Essa progressão visa consolidar os aprendizados iniciais e preparar os estudantes para os níveis subsequentes da educação, promovendo um desenvolvimento integral que engloba aspectos cognitivos, sociais e emocionais.

Assim, o Ensino Fundamental não apenas introduz conteúdos acadêmicos, mas também desempenha um papel crucial na formação integral do indivíduo, preparando-o para o exercício pleno da cidadania e para a continuidade de sua trajetória educacional.

No Brasil, o Ensino Fundamental tornou-se obrigatório em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Essa lei reorganizou a estrutura educacional do país, consolidando as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio sob a denominação de Educação Básica. Com essa medida, o governo visou garantir o direito universal à educação e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento pleno dos estudantes.

No entanto, foi somente em 2009, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que a obrigatoriedade da Educação Básica foi ampliada para abranger crianças e jovens com idades entre 4 e 17 anos. Essa ampliação representou um avanço significativo, pois estendeu o acesso ao ensino gratuito e obrigatório, reforçando o compromisso do Estado com a formação integral e a redução das desigualdades educacionais.

A Lei nº 9.394/96, em seu Artigo 2º, estabelece que:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Essa definição ressalta os pilares que sustentam o sistema educacional brasileiro: garantir a formação do indivíduo de maneira integral, promovendo sua autonomia, cidadania ativa e habilidades para o mercado de trabalho. A legislação reafirma que a educação é uma responsabilidade compartilhada entre Estado e família, sendo fundamental para o desenvolvimento social e humano no país.

A obrigatoriedade do ensino, implementada a partir da década de 1990, desempenhou um papel significativo na redução das taxas de analfabetismo no Brasil. Dados do IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 revelam que, entre os anos de 2001 e 2014, houve uma diminuição de 2,5 milhões no número de analfabetos no país. Embora os índices de analfabetismo ainda sejam expressivos, especialmente entre a população com 49 anos ou mais, a análise aponta melhorias substanciais decorrentes da universalização do acesso à educação básica.

Esse panorama reforça o impacto positivo das políticas públicas educacionais, como a Lei nº 9.394/96 e a Emenda Constitucional nº 59/2009, que ampliaram a cobertura educacional e garantiram maior inclusão escolar. A redução do analfabetismo em faixas etárias mais jovens reflete diretamente os efeitos da obrigatoriedade do Ensino Fundamental, evidenciando um avanço significativo na formação de gerações mais alfabetizadas e preparadas para os desafios sociais e profissionais.

Por outro lado, os altos índices entre pessoas mais velhas destacam a necessidade de políticas específicas de alfabetização de adultos, como os programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), para combater as lacunas deixadas por décadas de exclusão educacional. Assim, embora o Brasil tenha alcançado progressos notáveis, o desafio de erradicar o analfabetismo em sua totalidade ainda persiste, exigindo esforços contínuos e integrados entre Estado, sociedade e instituições educacionais.

A Lei nº 9.394/96, que regulamenta a educação no Brasil, estabelece diretrizes fundamentais para o Ensino Fundamental em todo o território nacional, abrangendo tanto as instituições públicas quanto os particulares. Conforme disposto na lei, o Ensino Fundamental possui duração mínima de 9 anos, iniciando-se obrigatoriamente aos 4 anos de idade, no pré-escolar, como etapa preparatória para o ingresso formal no ambiente escolar.

Uma das exigências da legislação é a carga horária mínima de 800 horas distribuídas em 200 dias letivos, com duração diária mínima de 4 horas. A lei também permite a ampliação dessa carga horária, incentivando a adoção de jornadas escolares mais extensas, especialmente em programas de tempo integral, com o objetivo de enriquecer a formação dos estudantes e promover aprendizagens mais significativas.

Outro ponto central da Lei nº 9.394/96 é a organização do Ensino Fundamental em ciclos de aprendizagem, uma abordagem que busca valorizar o desenvolvimento contínuo do estudante, respeitando seu ritmo de aprendizagem e evitando rupturas bruscas no processo educativo. Essa estrutura cíclica promove a integração de conteúdos e competências ao longo de períodos mais amplos, favorecendo uma abordagem mais inclusiva e adaptada às necessidades individuais dos alunos.

A organização em ciclos, prevista na legislação, reforça o compromisso com a educação integral, ao mesmo tempo que amplia a visão do processo educativo como

um desenvolvimento progressivo, que vai além da simples aquisição de conteúdos curriculares. Esse modelo visa proporcionar uma formação mais sólida, alinhada aos princípios de equidade e qualidade educacional, que são pilares fundamentais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No Brasil, dados consolidados de 2003 indicavam que o Ensino Fundamental regular contava com 34,4 milhões de alunos matriculados. Desse total, 17,1 milhões estavam cursando os Anos Iniciais (1º ao 5º ano), enquanto 13,9 milhões estavam nos Anos Finais (6º ao 9º ano). Esses números revelam uma discrepância significativa de cerca de 3,2 milhões de estudantes, representando uma redução de 20% na transição entre os dois ciclos do Ensino Fundamental.

Essa redução evidencia uma grande desigualdade na permanência dos alunos na escola, especialmente ao longo da trajetória educacional. Fatores como evasão escolar, reprovações, condições socioeconômicas adversas e a necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho são algumas das principais causas desse fenômeno. Além disso, a carência de políticas de apoio educacional voltadas às famílias mais vulneráveis contribui para o agravamento do problema, dificultando a conclusão do Ensino Fundamental por parte de muitos estudantes.

A desigualdade na permanência escolar ressalta a necessidade de intervenções mais eficazes, como programas de combate à evasão escolar, melhorias na qualidade do ensino e a implementação de políticas públicas que promovam a equidade no acesso e na continuidade da educação. Garantir que os alunos não apenas ingressem, mas também concluam o Ensino Fundamental com sucesso, é fundamental para assegurar que todos tenham acesso às oportunidades de desenvolvimento integral e social que a educação pode proporcionar.

O autor Santos (2017) aborda uma questão crucial para a organização do ensino no Brasil ao destacar a desarticulação existente entre o Ensino Fundamental I e o Ensino Fundamental II, evidenciada especialmente após o processo de municipalização dos anos iniciais nas últimas décadas. Essa fragmentação tem gerado desafios significativos, tanto no campo pedagógico quanto na gestão educacional, ao criar barreiras na continuidade e na coerência do processo de ensino-aprendizagem.

Na rede municipal do Paraná, os impactos dessa separação foram documentados e analisados, como ilustra o trecho citado:

“O processo de municipalização está provocando uma separação rígida, que não poderia haver no campo da educação pública, quanto às responsabilidades de cada esfera de governo. A responsabilidade pelo ensino fundamental não é exclusiva dos municípios, mas também do Estado e da União, na medida em que estes são, em última instância, os responsáveis pela formulação de políticas que irão se refletir nas políticas municipais.” (Santos, 2017 apud Ipardes, 1996).

Esse cenário aponta para um problema estrutural em que a municipalização dos Anos Iniciais, embora tenha ampliado o acesso à educação em diversas localidades, também gerou um distanciamento entre as diferentes etapas do Ensino Fundamental. Tal desarticulação compromete a continuidade pedagógica, a troca de informações e a implementação de políticas integradas.

Além disso, a análise reforça que a responsabilidade pela educação básica deve ser compartilhada entre as três esferas de governo — municipal, estadual e federal. A União e os estados têm o dever de formular políticas educacionais que garantam não apenas o acesso, mas também a qualidade e a equidade no ensino, de forma que essas políticas orientem e apoiem as ações desenvolvidas nos municípios.

Portanto, superar essa desarticulação exige um esforço conjunto e coordenado, com foco em políticas que promovam a integração entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Estratégias como a formação continuada de professores, a criação de currículos articulados e a valorização da gestão escolar integrada são passos fundamentais para garantir uma educação pública de qualidade, que respeite as particularidades locais sem perder de vista a coesão nacional.

Santos (2017) reforça a problemática da municipalização ao destacar que esse processo gerou uma segmentação dentro do próprio Ensino Fundamental, criando obstáculos na continuidade da trajetória educacional dos estudantes. Conforme o relatório citado:

“O processo de municipalização cria uma segmentação dentro do próprio ensino fundamental, fazendo com que a nova estrutura dos cursos de 1º a 5º ano provocasse a exclusão dos alunos da próxima fase – 6º a 9º ano.” (Santos, 2017 apud Ipardes, 1996, p. 93).

Esse fenômeno de segmentação reflete um desalinhamento entre as etapas do Ensino Fundamental. Ao transferir a responsabilidade pelos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) para os municípios, sem a devida articulação com os estados, que geralmente gerenciam os Anos Finais (6º ao 9º ano), criou-se um vácuo no acompanhamento e na transição dos estudantes entre as fases. Essa desconexão pode levar à exclusão de alunos, seja por questões administrativas, pedagógicas ou sociais, aumentando as taxas de evasão e dificultando o acesso universal à educação.

Além disso, essa estrutura fragmentada evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam uma maior integração entre as esferas de governo e garantam a continuidade educacional. É crucial que haja esforços para alinhar as práticas pedagógicas, fortalecer o diálogo entre os gestores das diferentes etapas e implementar ações que assegurem a permanência dos estudantes na escola.

A análise de Santos (2017) sublinha a importância de um sistema educacional coeso, em que a transição entre os ciclos seja fluida e acolhedora, eliminando barreiras que possam impactar negativamente o direito à educação. Esse desafio exige uma abordagem conjunta, com a elaboração de políticas que priorizem a equidade e a inclusão em todas as etapas do Ensino Fundamental.

Não é apenas o processo de municipalização que influencia as altas taxas de reprovação no Ensino Fundamental. Santos (2017) observou que mesmo em escolas que ofereciam tanto o Ensino Fundamental I quanto o Ensino Fundamental II sob a mesma administração escolar, as taxas de reprovação permaneciam significativas. Esse dado sugere que a segmentação administrativa não é o único fator determinante para o insucesso escolar, apontando para a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre outras causas subjacentes.

Entre os possíveis fatores que contribuem para as taxas de reprovação estão: dificuldades pedagógicas, falta de engajamento dos alunos, ausência de estratégias de ensino personalizadas, formação insuficiente de professores, e questões sociais e econômicas que afetam diretamente o desempenho dos estudantes. Além disso, a desarticulação entre práticas pedagógicas, a ausência de políticas efetivas de apoio ao aluno e o foco excessivo na avaliação somativa podem intensificar esses problemas.

Santos (2017) destaca a importância de abordar o insucesso escolar de maneira sistêmica, considerando as especificidades de cada escola e comunidade. A investigação das causas deve incluir a análise das práticas pedagógicas, da gestão escolar, da relação entre professores e alunos, e do suporte oferecido às famílias. Políticas educacionais que priorizem a formação continuada de professores, metodologias ativas de ensino e estratégias de inclusão podem ser instrumentos valiosos para reduzir as taxas de reprovação e promover uma educação de qualidade.

Assim, os dados apresentados por Santos (2017) reforçam a urgência de um olhar mais atento para os desafios do Ensino Fundamental, buscando soluções que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes ao longo de sua trajetória educacional.

A pesquisa de Santos (2017), realizada com professores de escolas estaduais do município de Curitiba, aponta que as dificuldades enfrentadas pelos alunos no Ensino Fundamental II estão relacionadas a dois fatores principais. O primeiro refere-se às dificuldades de aprendizagem, que podem estar associadas à falta de interesse, à insegurança e às dificuldades de adaptação ao novo ciclo educacional. A transição do Ensino Fundamental I para o II representa uma mudança significativa, não apenas em termos de conteúdo, mas também em dinâmicas pedagógicas, o que pode gerar desafios para os estudantes.

O segundo fator destacado pela pesquisa é a formação dos professores. Nem todos os docentes estão preparados para lidar com as especificidades dessa transição, especialmente considerando que o primeiro ano do Ensino Fundamental II (6º ano) corresponde ao último ano da infância, de acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). O artigo 2º da lei estabelece que: "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade."

Esse contexto ressalta a importância de uma abordagem pedagógica sensível às características dessa faixa etária, que está em uma transição entre a infância e a adolescência. É necessário que os professores compreendam as implicações dessa mudança, tanto do ponto de vista cognitivo quanto emocional, e estejam capacitados para oferecer um suporte adequado que favoreça a adaptação dos alunos.

A pesquisa de Santos (2017) reforça a necessidade de investir na formação continuada de professores, com foco no entendimento do desenvolvimento infantil e adolescente, na aplicação de metodologias ativas e na criação de ambientes acolhedores e motivadores. Além disso, destaca a importância de estratégias escolares que facilitem a transição entre os ciclos, como programas de integração, tutoria e acompanhamento pedagógico, para minimizar os impactos negativos dessa etapa no processo de ensino-aprendizagem.

A transição para o Ensino Fundamental II é marcada por um aumento nas expectativas de maturidade e autonomia dos alunos, com a introdução de responsabilidades mais complexas. Embora esse processo vise prepará-los para etapas futuras, ele também pode gerar frustrações em estudantes que não conseguem se adaptar às novas exigências. Esse cenário é evidenciado na pesquisa de Santos (2017), que relata que muitos alunos ingressam no 6º ano cheios de curiosidade, entusiasmo e expectativas pelo novo ciclo. No entanto, diante das dificuldades enfrentadas diariamente, como a maior carga de conteúdo, a adaptação a novos professores e a necessidade de maior independência, esses alunos frequentemente se desmotivam, perdendo o interesse e sentindo-se inadequados à série que estão cursando.

Esse quadro ressalta a importância de ações que promovam uma transição mais acolhedora e eficiente entre os ciclos do Ensino Fundamental. Estratégias como a disponibilização de apoio psicopedagógico, a implementação de metodologias inclusivas que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem e a criação de programas de tutoria podem ser fundamentais para auxiliar os estudantes nesse processo. Além disso, é essencial investir no desenvolvimento socioemocional, promovendo atividades que fortaleçam competências como resiliência, autonomia e habilidades sociais, bem como estimular a parceria com as famílias, garantindo que os responsáveis estejam engajados no acompanhamento dessa etapa de transição.

Portanto, a pesquisa de Santos (2017) evidencia que a escola deve atuar não apenas como um espaço de aprendizado acadêmico, mas também como um ambiente de acolhimento e suporte, onde os alunos possam superar desafios, desenvolver sua confiança e manter-se motivados em sua trajetória educacional. Somente com ações integradas será possível garantir que os alunos passem por essa fase de maneira mais tranquila e estejam preparados para as demandas dos ciclos seguintes.

A transição do Ensino Fundamental I para o II é frequentemente marcada por um sentimento de angústia e incerteza entre os alunos. Esse processo, historicamente, reflete uma desarticulação significativa tanto no âmbito administrativo quanto no pedagógico, conforme aponta Cainelli (apud Santos, 2017). No Paraná, por exemplo, a passagem da quarta para a quinta série, ou do quinto para o sexto ano, traz mudanças substanciais para os estudantes, reforçando um sentimento de terminalidade de uma etapa educacional.

Essa desarticulação é fruto de um modelo de gestão em que as primeiras séries do Ensino Fundamental são de responsabilidade dos municípios, enquanto as séries finais, assim como o Ensino Médio, estão sob a administração do Estado. Esse modelo fragmentado resulta em uma articulação praticamente inexistente entre essas esferas de governo, tanto em termos administrativos quanto pedagógicos, gerando impactos diretos na experiência dos alunos. Cainelli questiona, nesse contexto, se essa transição poderia ser considerada articuladora ou desarticuladora. A realidade sugere que, na prática, trata-se de um processo desarticulador, uma vez que essas estruturas distintas não colaboram de maneira efetiva para garantir a continuidade das propostas pedagógicas.

Essa falta de alinhamento entre as redes municipais e estaduais torna a transição entre os níveis de ensino mais desafiadora para os alunos. A ausência de uma proposta pedagógica integrada e a falta de uma gestão coordenada dificultam a

adaptação dos estudantes à nova etapa escolar. O sentimento de ruptura, intensificado pela mudança de ambiente e pelas diferentes abordagens pedagógicas, contribui para aumentar o desengajamento e, em alguns casos, a evasão escolar.

Portanto, é essencial que políticas públicas sejam criadas e implementadas para promover uma articulação mais eficaz entre os ciclos do Ensino Fundamental. Isso inclui a adoção de estratégias que integrem os currículos, a capacitação de professores para lidar com as especificidades dessa transição e o desenvolvimento de programas que facilitem a adaptação dos alunos. Uma transição mais harmônica e planejada pode minimizar os impactos negativos desse processo e garantir que os estudantes avancem em sua trajetória educacional de forma mais segura e motivada.

Outro fator que interfere significativamente na transição do Ensino Fundamental I para o II, conforme Santos (2017), é a própria organização do ensino nas duas etapas. No Ensino Fundamental I, que abrange do 1º ao 5º ano, os alunos geralmente são atendidos por um único professor pedagogo que ministra a maioria das disciplinas. Essa dinâmica favorece a criação de um vínculo mais próximo entre o professor e os estudantes, proporcionando um ambiente mais acolhedor e personalizado, que leva em consideração as necessidades individuais dos alunos.

Além disso, a organização dos horários no Ensino Fundamental I é mais flexível, permitindo ajustes que se adaptam ao ritmo da turma e criando uma rotina menos rígida. Em contraste, no Ensino Fundamental II, que compreende do 6º ao 9º ano, os estudantes passam a ter vários professores, cada um responsável por uma disciplina específica. Essa mudança implica na fragmentação do acompanhamento pedagógico e em uma menor proximidade entre professores e alunos.

Outro aspecto significativo é a rigidez dos horários no Ensino Fundamental II, em que as aulas seguem um formato de 45 minutos por hora/aula. Essa estrutura mais formalizada pode dificultar a adaptação dos alunos, que precisam ajustar-se a um cronograma mais rígido e a diferentes estilos de ensino. Essa nova dinâmica, somada à redução do vínculo afetivo e pedagógico com os professores, pode gerar sentimento de insegurança e desmotivação, comprometendo o engajamento e o desempenho dos estudantes.

Dessa forma, Santos (2017) destaca a importância de estratégias que facilitem essa transição, como a implementação de programas de acolhimento, a capacitação dos professores para lidar com as especificidades dessa etapa e a adoção de metodologias que promovam a integração entre as duas fases. Criar um ambiente de continuidade e acolhimento pode minimizar os impactos dessa mudança e garantir que os alunos avancem em sua trajetória educacional com confiança e motivação.

### **3.MARCO METODOLÓGICO**

Este trabalho adotou um desenho metodológico baseado em pesquisa qualitativa, com o objetivo de compreender, analisar e interpretar os fenômenos relacionados à transição entre os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma análise mais aprofundada e interpretativa, considerando as diferentes perspectivas apresentadas nos estudos

revisados. Essa metodologia favorece a construção de uma visão abrangente e articulada sobre os desafios e possibilidades dessa transição.

### **3.1 Alcance ou nível**

A pesquisa enquadra-se no nível descritivo e exploratório. O caráter descritivo busca identificar, detalhar e apresentar as características e os fatores que influenciam o processo de transição escolar. Por outro lado, o caráter exploratório visa ampliar o entendimento acerca do tema, buscando novas perspectivas e possíveis soluções para os desafios encontrados. O estudo concentra-se em revisar a literatura existente sobre práticas pedagógicas, articulação curricular e políticas educacionais relacionadas a essa temática.

### **3.2 Enfoque**

O enfoque da pesquisa está centrado na análise das práticas pedagógicas e dos elementos curriculares que influenciam a transição escolar. Esse enfoque permite identificar estratégias que possam melhorar a articulação entre os ciclos educacionais, contribuindo para uma transição mais eficiente e alinhada às necessidades dos estudantes. Além disso, busca-se compreender como as mudanças no ambiente escolar impactam o desempenho e a adaptação dos alunos durante esse período.

### **3.3 Coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada exclusivamente por meio de uma revisão bibliográfica, abrangendo livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais relevantes para a temática. A revisão incluiu fontes publicadas em bases de dados reconhecidas, como Scielo, CAPES e Google Scholar, garantindo a qualidade e a relevância dos materiais analisados.

Os critérios de inclusão consideraram publicações que abordassem temas relacionados à transição escolar, práticas pedagógicas, articulação curricular, interdisciplinaridade e inclusão educacional. As informações coletadas foram organizadas e analisadas de forma sistemática, permitindo a construção de uma visão coerente e fundamentada sobre o tema estudado. A escolha pela revisão bibliográfica permitiu consolidar diferentes perspectivas teóricas, identificar lacunas no conhecimento e sugerir caminhos para futuras investigações.

## **4. MARCO ANALÍTICO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

O processo de transição entre os Anos Iniciais e os Anos Finais do Ensino Fundamental é um momento de grande impacto na vida escolar dos alunos, marcado por desafios significativos, tanto no âmbito emocional quanto pedagógico, que podem influenciar diretamente o desempenho e o bem-estar dos estudantes. Segundo Tavares (2020), o papel dos educadores é crucial nesse momento, pois eles devem atuar como agentes mediadores, ajudando os alunos a enfrentarem as dificuldades associadas a essa transição. Para isso, é necessário que os professores estejam preparados para identificar sinais de ansiedade e insegurança, criando estratégias pedagógicas que promovam um ambiente acolhedor e seguro. Almeida (2021) destaca que um dos principais conflitos dessa transição é o choque entre a abordagem mais flexível e lúdica dos Anos Iniciais

e a formalidade e disciplina exigidas nos Anos Finais. Nos Anos Finais, os alunos precisam lidar com uma maior carga de conteúdo, múltiplos professores e uma organização de horários mais rígida. Essa mudança abrupta pode gerar sentimento de frustração e desânimo, especialmente para aqueles que têm maior dificuldade de adaptação.

Os desafios emocionais e sociais enfrentados pelos estudantes nessa transição são evidentes. Ferreira (2020) aponta que muitos alunos encontram dificuldades para se adaptar a novos grupos de colegas e às exigências comportamentais mais estritas dos Anos Finais. Essa dificuldade pode ser agravada pela falta de continuidade entre as duas etapas, tanto no âmbito pedagógico quanto na relação professor-aluno. Segundo Silva (2020), os estudantes vivenciam essa mudança com um misto de ansiedade e curiosidade, mas o desconforto diante de novas formas de aprender, mais estruturadas e menos interativas, pode comprometer sua motivação e engajamento. Para minimizar esses impactos, Tavares (2022) sugere a implementação de programas de acolhimento que integrem os alunos ao novo contexto escolar. Atividades colaborativas e momentos dedicados à reflexão podem ajudar os estudantes a se sentirem mais seguros e confiantes em relação às novas demandas acadêmicas e sociais.

A formação continuada dos professores é apontada por diversos autores como uma medida essencial para garantir uma transição mais tranquila. Costa (2019) defende que os educadores devem ser capacitados para compreender as especificidades do desenvolvimento dos alunos nessa etapa, adotando práticas que promovam tanto a continuidade do aprendizado quanto o apoio emocional necessário. Por meio de formação adequada, os professores podem implementar atividades que conectem as experiências dos Anos Iniciais às novas demandas dos Anos Finais, reduzindo a sensação de ruptura vivenciada pelos estudantes. Almeida (2021) reforça que a formação dos educadores também permite que eles reconheçam os sinais de ansiedade e criação de estratégias que favoreçam a integração das duas etapas. Essa preparação inclui o uso de metodologias ativas, projetos interdisciplinares e atividades que estimulem a colaboração e o pensamento crítico dos alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e engajador.

Uma das soluções propostas para superar os desafios dessa transição é a utilização de práticas pedagógicas integradoras. Pereira (2020) aponta que os projetos integradores, que conectam áreas do conhecimento e promovem a interdisciplinaridade, têm se mostrado eficazes na aproximação entre as duas etapas. Esses projetos não apenas garantem a continuidade do aprendizado, mas também ajudam os alunos a perceberem a relação entre os diferentes conteúdos e sua aplicação prática. Costa e Silva (2021) destacam que as atividades devem estimular o desenvolvimento de habilidades essenciais, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a autonomia. Essas competências são importantes não apenas para o sucesso nos Anos Finais, mas também para a formação de estudantes mais preparados para os desafios futuros.

Por fim, o alinhamento entre os professores dos Anos Iniciais e dos Anos Finais é fundamental para uma transição bem-sucedida. Santos (2019) enfatiza que a colaboração entre os educadores dessas duas etapas permite um planejamento pedagógico mais coeso, garantindo que as experiências e os conhecimentos adquiridos pelos alunos nos Anos Iniciais sejam respeitados e aproveitados nos Anos Finais. Essa

continuidade é essencial para evitar que os alunos sintam uma quebra abrupta em seu processo de aprendizagem. O papel dos gestores escolares também é crucial nesse processo, ao promover formações conjuntas para os professores e estimular a criação de propostas pedagógicas alinhadas entre as etapas. O fortalecimento das relações entre educadores, estudantes e famílias é um dos pilares para garantir que a transição ocorra de maneira harmônica e eficiente.

Os desafios da transição entre os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental exigem um olhar atento por parte de todos os envolvidos no processo educativo. Ao investir em formação continuada, práticas pedagógicas integradoras e no alinhamento entre as etapas, é possível minimizar os impactos negativos e promover um aprendizado mais significativo e inclusivo. O sucesso dessa transição depende de uma abordagem coletiva, em que professores, gestores e famílias trabalhem juntos para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes.

As dificuldades enfrentadas pelos alunos durante a transição do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental são amplamente abordadas nos estudos analisados. Brunoro (2018) aponta que essa transição, marcada por mudanças estruturais e pedagógicas, revela lacunas na articulação entre os ciclos, o que compromete o aprendizado e o desempenho acadêmico dos estudantes. Um dos aspectos mais destacados é a dificuldade com leitura e interpretação de texto, apontada por mais da metade dos professores como um dos principais desafios enfrentados pelos alunos ao ingressarem no 6º ano. Essas limitações afetam não apenas a disciplina de Língua Portuguesa, mas também outras áreas do conhecimento, dada a transversalidade dessas habilidades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Brasil, 2013) enfatizam a importância da articulação pedagógica entre os ciclos do Ensino Fundamental para assegurar a continuidade na trajetória escolar dos alunos. Contudo, os estudos de Frazão (2018) e Cainelli (2011) revelam uma articulação frágil entre os Anos Iniciais e Finais, muitas vezes intensificada pelo processo de municipalização das primeiras etapas da educação básica. Essa descontinuidade pedagógica compromete a transição dos alunos, que precisam lidar com culturas escolares distintas e lacunas de aprendizado acumuladas. Brunoro (2018) reforça que a articulação pedagógica é crucial para o sucesso acadêmico dos alunos. Segundo a autora, o desconhecimento dos conteúdos ensinados nos Anos Iniciais por parte dos professores do 6º ano compromete a continuidade do aprendizado. Essa lacuna pode ser mitigada por meio de diagnósticos iniciais que identifiquem as necessidades dos alunos e de formações conjuntas para professores de ambos os ciclos, promovendo um alinhamento curricular efetivo.

Os estudos também destacam que a transição para o Ensino Fundamental II não é apenas uma mudança estrutural, mas também uma alteração na cultura escolar. Conforme observado por Santos (2016a) e Azevedo (2017), a passagem do 5º para o 6º ano exige que os estudantes se adaptem a novas dinâmicas pedagógicas e estruturas organizacionais, o que pode gerar sentimento de insegurança e dificuldades de adaptação. A cultura escolar distinta dos Anos Finais, marcada por maior fragmentação e especialização, frequentemente contrasta com a abordagem mais unificada e acolhedora dos Anos Iniciais, criando desafios para os estudantes.

As dificuldades em disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa são recorrentes na transição escolar. Em Matemática, as lacunas de aprendizado acumuladas nos Anos Iniciais tornam-se mais evidentes diante das novas demandas do 6º ano, como a introdução de conteúdos mais abstratos e complexos (Furtado, 2018; Freitas, 2016). Na Língua Portuguesa, a falta de consolidação das habilidades de leitura e interpretação de texto compromete o aprendizado de outras disciplinas, dada a transversalidade dessas competências (Brunoro, 2018). Esses desafios reforçam a necessidade de práticas pedagógicas integradas e diagnósticos iniciais que permitam uma intervenção direcionada.

A análise dos dados aponta para a necessidade de um planejamento mais integrado entre os ciclos do Ensino Fundamental, com ênfase na articulação pedagógica e no suporte aos estudantes durante a transição. Investir em formação continuada para professores, programas de reforço e estratégias que promovam a continuidade do aprendizado é essencial para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos alunos. Além disso, compreender e abordar as especificidades das disciplinas e as mudanças culturais entre os ciclos pode contribuir para um processo de transição mais eficiente e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Santos e Gisi (2017) observam que a transição para o Ensino Fundamental II impõe aos alunos demandas mais complexas, que muitas vezes contrastam com o estilo de ensino mais acolhedor e integrado dos Anos Iniciais. Essa mudança pode gerar frustração e desinteresse, especialmente em alunos que apresentam dificuldades de adaptação ou que se sentem pouco conectados aos conteúdos apresentados. Raddi (2015) complementa essa análise ao apontar que a indisciplina muitas vezes surge como uma resposta comportamental ao desajuste entre as expectativas escolares e a capacidade dos alunos de atenderem às novas exigências.

Para lidar com esses desafios, é essencial que as escolas desenvolvam abordagens pedagógicas que incentivem a participação ativa dos alunos e promovam um ambiente escolar mais acolhedor e motivador. Práticas como projetos interdisciplinares, metodologias ativas e atividades que conectem os conteúdos curriculares às vivências dos estudantes podem aumentar o engajamento e minimizar o desinteresse. Além disso, é importante que os professores estejam preparados para interpretar os comportamentos inadequados não apenas como indisciplina, mas também como sinais de desmotivação ou dificuldade de adaptação, permitindo intervenções mais eficazes e empáticas.

Na perspectiva de Andrade (2011), Santos e Gisi (2017) e Raddi (2015), os comportamentos indisciplinados podem ser entendidos como uma resposta comportamental dos alunos à insatisfação gerada pelas mudanças significativas que acompanham a transição entre os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Essa etapa de transição traz consigo não apenas novas exigências acadêmicas e mudanças estruturais, mas também desafios emocionais e sociais que podem gerar desajustes no comportamento dos estudantes.

Esses autores sugerem que a indisciplina, muitas vezes, não é simplesmente uma manifestação de desrespeito às regras escolares, mas uma forma de os alunos expressarem a dificuldade em lidar com o aumento das responsabilidades, a fragmentação do ensino e a menor proximidade com os professores. Essa interpretação

aponta para a necessidade de olhar para a indisciplina como um sintoma de insatisfação ou desconforto, e não apenas como um problema a ser corrigido por meio de punições.

A insatisfação dos estudantes pode estar relacionada a múltiplos fatores, como a falta de integração pedagógica entre os dois ciclos, o distanciamento emocional entre professores e alunos, e a percepção de que as novas rotinas escolares não valorizam suas experiências anteriores. Quando esses aspectos não são considerados, a adaptação dos alunos ao novo ambiente escolar pode se tornar ainda mais desafiadora, intensificando comportamentos considerados indisciplinados.

Para minimizar essas situações, é essencial que as escolas implementem estratégias que promovam uma transição mais harmoniosa, valorizando tanto o lado pedagógico quanto o emocional. Práticas como acolhimento personalizado, criação de espaços para diálogo e atividades que integrem as experiências dos dois ciclos pode ajudar a reduzir a insatisfação e, conseqüentemente, os comportamentos disruptivos. Além disso, capacitar os professores para identificar e abordar as causas subjacentes à indisciplina pode ser uma abordagem mais eficaz e humanizada para lidar com esses desafios.

Portanto, compreender a indisciplina como uma resposta às dificuldades da transição escolar permite que a escola adote uma postura mais proativa e empática. Ao tratar a insatisfação dos alunos de forma integrada, é possível criar um ambiente mais acolhedor e favorável ao aprendizado, garantindo uma transição mais tranquila e produtiva para os estudantes.

Vieira e de Figueiredo (2023) destacam que a abordagem interdisciplinar, cada vez mais aplicada na educação básica, desempenha um papel essencial na criação de experiências de aprendizado mais ricas e significativas. Essa abordagem incentiva a colaboração entre professores de diferentes disciplinas, permitindo a integração de conteúdos e a conexão entre áreas do conhecimento. O objetivo é promover um aprendizado que faça sentido para os alunos, conectando o conhecimento escolar às suas vivências e ao contexto social, o que torna o processo educacional mais relevante e engajador.

Além disso, a integração de tecnologias educacionais, especialmente sob a perspectiva do modelo TPACK (*Technological Pedagogical Content Knowledge*), tem sido apontada como um recurso indispensável para personalizar e tornar o ensino mais acessível. Ao alinhar conhecimento pedagógico, tecnológico e de conteúdo, o modelo TPACK oferece ferramentas para que os professores criem experiências de aprendizado inovadoras, utilizando a tecnologia como meio de facilitar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Essas tecnologias podem atender às diversas necessidades dos alunos, permitindo que eles aprendam no próprio ritmo e de maneira mais eficaz.

As práticas pedagógicas inclusivas também ocupam um lugar de destaque no cenário educacional atual. Fundamentadas em evidências coletadas a partir de estudos e análises, essas práticas buscam assegurar que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais ou contextos culturais, tenham acesso pleno ao aprendizado. Ao combater a exclusão, a evasão e a repetência escolar, a inclusão promove a equidade no ambiente educacional, garantindo que nenhum aluno fique para trás. Essas práticas

exigem uma abordagem sensível e proativa, com adaptações curriculares e metodológicas que acolham as particularidades de cada estudante.

Por fim, Vieira e de Figueiredo (2023) enfatizam que o desenvolvimento de políticas educacionais que incorporem e promovam essas práticas é essencial para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo. Políticas que incentivem a interdisciplinaridade, a integração tecnológica e a inclusão podem articular os ciclos e as etapas de ensino de maneira coerente, criando uma continuidade pedagógica que favoreça o sucesso dos alunos. Essas políticas devem ser sustentadas por formação docente contínua, investimentos em infraestrutura tecnológica e estratégias para promover a diversidade e a equidade no ambiente escolar.

Dessa forma, a articulação entre abordagens pedagógicas inovadoras e políticas educacionais robustas não apenas promove uma educação de qualidade, mas também assegura um sistema educacional que atende às demandas contemporâneas, fortalecendo o desenvolvimento integral de todos os estudantes e preparando-os para os desafios da vida acadêmica e social.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental é um momento de significativa importância no percurso educacional dos estudantes, pois envolve mudanças substanciais que demandam adaptações tanto por parte dos alunos quanto dos educadores. Entre os desafios observados estão a alteração no estilo de ensino, a redução de atividades lúdicas, e o acréscimo de novas exigências acadêmicas, que podem impactar o desenvolvimento das crianças e adolescentes, gerando insegurança e dificuldades na adaptação.

Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica evidenciou que estratégias para minimizar esses desafios são fundamentais. A aproximação entre as práticas pedagógicas dos dois ciclos emerge como uma das abordagens mais relevantes. É essencial que haja uma articulação que enfatize a continuidade do desenvolvimento integral dos alunos, possibilitando uma transição menos traumática e mais eficiente.

Um dos elementos destacados é a colaboração entre os profissionais de ambas as etapas educacionais. Esse esforço conjunto favorece o alinhamento das metodologias de ensino, promovendo práticas que respeitem o ritmo individual dos alunos. Tais práticas precisam considerar as necessidades emocionais e acadêmicas dos estudantes, oferecendo suporte adequado para que se adaptem à nova realidade escolar.

Ademais, as escolas desempenham um papel crucial ao investir em políticas educacionais e práticas pedagógicas que assegurem uma integração mais fluida entre os Anos Iniciais e Finais. Essa integração inclui ações que promovam o acolhimento dos alunos e adaptem o ambiente escolar às exigências de cada etapa, criando condições favoráveis para o aprendizado contínuo e o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Portanto, reconhecer a complexidade dessa transição e adotar medidas proativas são passos indispensáveis para construir um percurso educacional mais coerente e eficaz. Com uma abordagem integrada, é possível não apenas superar os

desafios dessa etapa, mas também fortalecer a base para uma educação significativa e transformadora.

Nos trabalhos analisados, buscamos identificar os fatores escolares e sociais que contribuem para explicar a queda no rendimento dos alunos durante o período de transição entre o 5º e o 6º anos do Ensino Fundamental. A análise revelou que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes nesse momento não possuem explicações simples ou lineares. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos elementos que, muitas vezes, se associam e interagem, contribuindo de maneira significativa para o baixo desempenho acadêmico observado nessa etapa do percurso escolar.

Esses fatores aparecem frequentemente interligados e, em alguns casos, imbricados nos estudos analisados, embora cada pesquisa tenha direcionado seu foco para aspectos específicos dentro do objeto investigado. Entre os elementos destacados estão as mudanças estruturais e pedagógicas, como a passagem da unidocência para a pluridocência, o aumento das exigências acadêmicas, e a menor proximidade entre professores e alunos. Além disso, aspectos emocionais, sociais e familiares, como insegurança, dificuldades de adaptação, e o papel reduzido da família no acompanhamento escolar, também exercem forte influência no desempenho dos estudantes.

Ao término desta análise, conclui-se que o processo de transição no Ensino Fundamental é impactado por uma combinação de situações que, quando somadas, ampliam os desafios enfrentados pelos alunos. A associação desses diferentes fatores no cotidiano escolar resulta em impactos significativos sobre o rendimento acadêmico e a adaptação dos discentes. Portanto, para lidar com essas dificuldades, é essencial adotar uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos pedagógicos quanto os emocionais e sociais envolvidos na transição entre os ciclos.

Essa conclusão reforça a importância de intervenções pedagógicas e institucionais voltadas para a articulação entre os ciclos escolares, além de práticas que promovam o acolhimento, o suporte emocional e a continuidade no processo de aprendizado. Dessa forma, é possível minimizar os efeitos negativos desse período transitório, favorecendo o sucesso escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Os resultados apontam que o processo de transição escolar entre os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental exige um período de adaptação por parte dos alunos, que precisam não apenas superar as dificuldades inerentes a uma nova realidade educacional, mas também demonstrar suas aprendizagens em diferentes formas de avaliação. A análise das pesquisas revelou que os problemas derivados dessa adaptação se apresentam como influenciadores potenciais do baixo desempenho acadêmico de crianças e adolescentes, resultado de um conjunto de mudanças características dessa passagem entre os dois ciclos.

Entre os elementos identificados como desafios centrais para os estudantes, destaca-se a reorganização da rotina escolar, que inclui temporalidades diferentes para as aulas, como o aumento na fragmentação do horário escolar. No novo ciclo, os alunos passam a lidar com uma maior quantidade de professores e disciplinas, o que demanda ajustes significativos em sua capacidade de gerenciar materiais, prazos e expectativas.

A organização institucional, mais rígida e compartimentalizada, também representa uma mudança marcante em relação ao ambiente mais acolhedor dos Anos Iniciais.

Outro ponto crucial é a introdução de metodologias diversificadas, que podem ser desafiadoras para estudantes acostumados a um formato pedagógico mais integrado e lúdico. Além disso, as relações interpessoais e os vínculos afetivos entre professores e alunos se tornam menos intensos e frequentes, devido ao modelo de pluridocência e à menor permanência de um único educador com os alunos ao longo do dia. Essa mudança pode gerar sentimento de insegurança e dificuldades emocionais, que impactam diretamente o desempenho acadêmico e a motivação dos estudantes.

Portanto, os desafios enfrentados durante a transição escolar abrangem tanto aspectos pedagógicos quanto emocionais e sociais. Para lidar com essas dificuldades e minimizar os impactos negativos, é essencial que as escolas desenvolvam estratégias de acolhimento e adaptação que valorizem a integração entre os ciclos, promovam um ambiente escolar acolhedor e assegurem que os estudantes recebam o suporte necessário para enfrentar essa etapa de forma bem-sucedida. A articulação pedagógica, a formação docente e o diálogo com as famílias são ações indispensáveis para tornar esse processo mais fluido e eficiente, garantindo o desenvolvimento integral dos alunos.

Concluimos que o fenômeno da transição do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental é um processo multifatorial, influenciado por diversos elementos que impactam os processos escolares e moldam as experiências dos alunos ao ingressarem em um novo ciclo educacional. Os estudos analisados indicam que os fatores intraescolares, ou seja, aqueles presentes no interior das escolas, desempenham um papel mais determinante nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante essa transição. Esses fatores incluem mudanças estruturais, curriculares, metodológicas e emocionais que se tornam mais evidentes nesse momento crítico do percurso educacional.

Além disso, verificamos que os elementos discutidos, em sua maioria, apresentam uma interdependência significativa, ou seja, atuam de maneira conjunta e sistêmica. Essa inter-relação torna o processo de transição ainda mais complexo, intensificando os desafios enfrentados pelos alunos e, em alguns casos, prejudicando seu itinerário educacional. Por essa razão, é indispensável que ações institucionais sejam planejadas e implementadas de forma estratégica, com o intuito de mitigar os impactos negativos dessa transição.

Essas ações devem ser cuidadosamente pensadas e articuladas pelos agentes escolares em diferentes níveis da gestão educacional. No âmbito do poder público (federal, estadual e municipal), é essencial que políticas educacionais sejam formuladas para promover uma maior articulação entre os ciclos, fortalecendo a continuidade pedagógica. Nas escolas, a gestão administrativa e pedagógica precisa assumir um papel ativo na implementação de práticas que favoreçam a adaptação dos estudantes, como estratégias de acolhimento, diagnósticos iniciais e projetos integradores.

Ademais, o papel dos professores, em conjunto com alunos e suas famílias, é fundamental nesse processo. Todos os envolvidos devem estar cientes das dificuldades e desafios inerentes à transição, de modo a criar uma rede de suporte que favoreça o desenvolvimento educacional dos estudantes. A conscientização e o engajamento de

professores e famílias são passos cruciais para reduzir os índices de reprovação e distorção idade-série, que ainda representam desafios significativos no sistema educacional brasileiro.

Portanto, abordar o fenômeno da transição com uma visão integrada e colaborativa é essencial para promover um ambiente escolar mais acolhedor e propício ao aprendizado. Ao minimizar os impactos negativos e fortalecer os fatores facilitadores, é possível transformar esse período de mudança em uma oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal para os estudantes, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e eficiente.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. **Desafios da transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. São Paulo: Editora Cortez, 2021.
- ANDRADE, M. (2011). **Investigação sobre a transição dos alunos do ensino fundamental I para o ensino fundamental II**. [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual de Londrina]. Acervo digital da UEL. <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2011%20MARIZA%20ANDRADE.pdf> [ Links ]
- AZEVEDO, G. V. de. (2017). **Construção de significados na transição escolar para o 6º ano do Ensino Fundamental**. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Institucional da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24376>. [ Links ]
- BRASIL. (2013). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192) [ Links ]
- BRASIL. (2018). **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) [ Links ]
- BRASIL. [Ministério da Educação (MEC)] **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Resolução, nº 7, 14 de dezembro de 2010.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991**. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- BRUNORO, V. (2018). **Uma análise da organização curricular de Língua Portuguesa na transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental do município de Colombo para o ensino estadual do Paraná**. [Monografia especialização, Universidade Federal do Paraná]. Acervo digital da UFPR. <https://hdl.handle.net/1884/55860> [ Links ]

CAINELLI, M. R. (2011). **Entre continuidades e rupturas: uma investigação sobre o ensino e aprendizagem da história na transição do quinto para o sexto ano do ensino fundamental**. *Educar em Revista*, 1(42), 127-139. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000500009> [ Links ]

COSTA, A. M. **A formação de professores e a transição escolar: uma análise crítica**. Porto Alegre: Editora Artmed,2019.

COSTA, M. F.; SILVA, L. P. **Estratégias pedagógicas para uma transição bem-sucedida**. Rio de Janeiro: Editora Pallas,2020.

FERREIRA, T. A. **A integração pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Salvador: Editora EDUFBA,2019. MARTINS, José Geovânio Buenos Aires. Formação e profissionalização docente. *Caderno Intersaberes*, v. 9, n. 17, 2020.

FRAZÃO, B. S. A. (2018). **A articulação pedagógica da disciplina de História entre o 5º e o 6º ano do ensino fundamental**. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Maranhão]. Biblioteca digital de Teses e Dissertações da UFMA. <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/2289> [ Links ]

FREITAS, E. A. de. (2016). **A aprendizagem da matemática na transição dos alunos do 5º para o 6º ano do ensino fundamental**. [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Paraná]. Acervo digital da UFPR. <https://hdl.handle.net/1884/53243> [ Links ]

FURTADO, K. C. C. (2018). **Professoras que ensinam matemática na transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental no colégio Pedro II: discursos e práticas**. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional da UFRJ. <https://ppge.educacao.ufrj.br/disserta%C3%A7%C3%B5es2018/dKaren%20Coutinho%20Campos%20Furtado.pdf> [ Links ]

RADDI, S. M. (2015). **Conflitos entre alunos no cotidiano escolar: discussões a partir dos direitos humanos**. [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Paraná]. Acervo digital da UFPR. <http://hdl.handle.net/1884/42514> [ Links ]

SANTOS, M. P. (2016a). **As diferentes culturas escolares nas duas fases do ensino fundamental e o seu impacto no (in) sucesso dos estudantes que passam por essa transição**. Anais do XI ANPED SUL - Reunião Científica Regional da Anped Sul, Curitiba, Paraná, Brasil. [http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo10\\_MAURICIO-PASTOR-DOS-SANTOS.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo10_MAURICIO-PASTOR-DOS-SANTOS.pdf) [ Links ]

SANTOS, M. P., & GISI, M. L. (2017). **A (des) articulação do ensino fundamental e a formação dos professores**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 98(248), 47-61. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i248.2526> [ Links ]

SANTOS, R. A. L. (2016b). **As possíveis relações entre a adaptação discente dos alunos do 6º ano e o fracasso escolar**. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório Institucional da UFJF. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3075> [ Links ]

SILVA, T. H. I., & RIBEIRO, A. J. (2014). **O sinal de igualdade e seus diferentes significados: buscando rupturas na transição entre os ensinos fundamental I e II.** Revista de Ensino de Ciências e Matemática, 5(2), 75-90. <http://revistapos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/999/724> [ [Links](#) ]

VIEIRA, Livia Chrisley Serafim; FIGUEIREDO, Francisco Clébiode.  
**Implementação da BNCC na prática pedagógica de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental.** Anais IV CONEDU | Plataforma Espaço Digital, 2023.

